



**COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E  
REDAÇÃO**  
Ano 2016

PARECER nº 403/2016  
Projeto de Lei nº EM-072/2016

RELATÓRIO

Distribuído a esta Comissão, para análise e parecer, Projeto de Lei nº EM-072/2016, de autoria do Executivo Municipal, que Orça a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2017.

FUNDAMENTAÇÃO

Após minucioso estudo, no que concerne a iniciativa a proposição ampara-se no art. 48, § 3º, V, da LOM, em consonância com o art. 165, III, do Regimento Interno.

Quanto à matéria que lhe constitui objeto, a proposição está ancorada no art. 11, I, art. 84, II, § 2º, e art. 88, *caput* e §1º, I, todos da LOM, em simetria com a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o art. 48, parágrafo único e art. 30, I, §§ 5º, 6º e 7º, III, do art. 165, da Constituição Federal, *in Verbis*:

**“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

*III – os orçamentos anuais;*

**§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:**

*I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

*II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*

*III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo*



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

*Poder Público.*

*§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*

*§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.*

## CONCLUSÃO

**Pelo exposto, esta Comissão, declara pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº EM-072/2016.**

Divinópolis, 16 de Novembro de 2016.

**Adilson Quadros**  
Vereador - Relator

**Edmar Rodrigues**  
Vereador - Secretário

**Dr. Delano Santiago**  
Vereador – Membro

Rozilene Bárbara Tavares  
Consultora Jurídica Especial – OAB/MG:66.289